



Sefaz RS
Secretaria da Fazenda

SECRETARIA DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO SUL – SEFAZ/RS
CONCURSO PÚBLICO 02/2014

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA ESTADUAL
BLOCO 2

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse Concurso ou Processo Seletivo.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão ser armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal. Somente devem permanecer em posse do candidato caneta esferográfica, lápis, borracha, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a imediata exclusão do candidato.
3. Verifique se o cargo constante na capa deste caderno é aquele para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em Edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os dois últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. Nenhuma informação sobre o conteúdo das questões será dada pelo fiscal.
8. No caderno de prova, o candidato poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados em data, horário e local descritos no Cronograma de Execução desse concurso.
10. Certifique-se de que este caderno contém 80 (oitenta) questões. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala a sua substituição.

Boa prova!



Controle de
QUALIDADE
Fundatec



Concursos
fundatec

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 01 – Considere que no dia 1º de março de 2014 (um sábado), em edição extraordinária, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto XYZ, cujo Art. 3º instituiu alíquota de 50% do imposto sobre produtos industrializados para secadores de cabelo. Até então, a alíquota era de 30%. No Art. 4º do mesmo diploma constou: “esse decreto entra em vigor na data de sua publicação”. Nesse caso, assinale alternativa correta.

- A) Secadores de cabelo a serem vendidos em novembro de 2014, e que configurem o fato gerador do imposto sobre produtos industrializados, estarão submetidos à alíquota nova.
- B) A alíquota de 50% somente poderá ser aplicada no primeiro dia do exercício subsequente em que foi publicado o Decreto XYZ.
- C) Deverá ser observado o princípio da anterioridade nonagesimal, previsto no § 6º, da Constituição Federal.
- D) Os produtos vendidos em maio de 2014, em que esteja configurado o fato gerador do imposto sobre produtos industrializados, estarão submetidos à alíquota nova.
- E) A nova alíquota do imposto sobre produtos industrializados é exigível a partir de 3 de março de 2014 (uma segunda-feira).

QUESTÃO 02 – No dia 19 de dezembro de 2013, a empresa particular Russell Motores Ltda., que comercializa veículos estrangeiros novos, comprou de fábrica, localizada nos Estados Unidos da América, dez automóveis. Desses, cinco eram modelos mais sofisticados, sendo de um valor superior aos demais. Dado que as operações financeiras internacionais, através de instituições bancárias, também são informatizadas, a remessa de moeda estrangeira foi recebida pela fabricante americana no mesmo dia do envio, data da compra. A remessa dos veículos foi por transporte marítimo, e o navio que os transportava chegou ao porto de Santos no dia 16 de fevereiro de 2014 (um domingo). Tendo em vista a intensa atividade portuária, os veículos foram retirados do navio somente no dia 18 de fevereiro de 2014. Ocorre que no dia anterior a esse, ou seja, dia 17, foi publicado no Diário Oficial um diploma normativo, que contemplou nova alíquota do imposto sobre a importação para veículos e que acabou sendo aplicada quando do desembarço dos veículos importados. A nova alíquota é superior a anterior e já estava vigente quando do registro da declaração de importação na repartição aduaneira realizada pela empresa Russell Motores Ltda. No caso de a empresa importadora pretender demandar judicialmente contra a aplicação de alíquota majorada do imposto sobre a importação, a demanda:

- I. Será exitosa, pois a aplicação da nova alíquota somente poderia ser realizada, em relação às aquisições ocorridas, a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que tenha sido publicado o diploma normativo que aumentou o tributo.
- II. Será exitosa, pois não é possível exigir a nova alíquota porquanto ela foi publicada posteriormente a compra dos veículos, devendo ser observado o ato jurídico perfeito e o direito adquirido.
- III. Não será exitosa, assumindo a hipótese de que a legislação tributária que regula integralmente o referido imposto está de acordo com o inciso I, do Art. 116, do Código Tributário Nacional (CTN) e considera ocorrido o fato gerador na data do registro da declaração de importação na repartição aduaneira.

Quais demandas estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 03 – Na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre/RS, está localizado o Templo Positivista, construído no início do século XX. O historiador Voltaire Schilling, no Memorial do Rio Grande do Sul, Caderno de História, nº 23, *O Pensamento de Comte*, registra que “O Templo Positivista de Porto Alegre é um prédio histórico localizado na Avenida João Pessoa, junto ao Parque Farroupilha”. Ao tratar da atividade ligada ao templo, acrescenta que é uma “religião sem Deus”. É uma “religião: o Apostolado da Humanidade” elaborado por Augusto Comte e “exposto no seu Sistema de Política Positiva”. “Neste, o culto a Deus foi substituído pela reverência ao Grande-Ser, a deificação da Humanidade”. Dadas essas premissas e na hipótese de o município de Porto Alegre exigir o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana em razão do referido imóvel, é correto afirmar que:

- A) É devido o IPTU, porque o templo não desenvolve atividade considerando Deus como centro de sua atenção.
- B) Há previsão constitucional de não incidência de impostos, cujo pressuposto de fato alcança o presente caso.
- C) Não é devido o IPTU, porque a isenção constitucional alcança essa hipótese.
- D) É impossível haver templo de ateus, pois isso representa uma contradição lógica com a imunidade prevista na letra “b”, do inciso VI, do Art. 150, da Constituição Federal, haja vista expressamente ser exigido culto a Deus para o reconhecimento da imunidade.
- E) O IPTU é devido em qualquer circunstância, por todos os proprietários.

QUESTÃO 04 – À luz da ordem jurídica vigente, é correto afirmar que:

- A) O Art. 150, da Constituição Federal, contempla de maneira exaustiva as garantias dos contribuintes.
- B) As contribuições instituídas pelo Conselho Regional de Medicina e pelo Conselho Regional de Economia podem ser instituídas por atos privativos desses conselhos.
- C) Somente na hipótese de haver lei contendo a descrição minudente do fato gerador da obrigação tributária principal, é possível a fixação de sua base de cálculo através de decreto.
- D) As custas judiciais não podem ser estabelecidas por decreto.
- E) Emolumentos cobrados pelas serventias extrajudiciais são impostos.

QUESTÃO 05 – Com base na ordem jurídica vigente, é correto afirmar que:

- A) Os estados não podem instituir incentivo fiscal, relativamente ao IPVA, às empresas que contratem empregados com mais de quarenta anos de idade, mesmo considerando isso a título extrafiscal, pois viola a isonomia tributária.
- B) É constitucional o decreto que majora alíquota do imposto sobre a importação e alcança fato anterior a sua publicação.
- C) O imposto relativo à lei editada no final do ano-base, que atingiu a renda apurada durante todo esse ano, não se aplica ao exercício subsequente.
- D) A segurança jurídica é princípio jurídico exclusivamente aplicável ao direito privado.
- E) Não há ofensa à isonomia tributária se a lei, por motivos extrafiscais, imprime tratamento desigual a microempresas e empresas de pequeno porte, afastando do regime de tributação simplificada (SIMPLES) as empresas que denotam capacidade contributiva superior a essas.

QUESTÃO 06 – Os Estados e o Distrito Federal possuem competência para instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). Diante disso, analise as assertivas abaixo:

- I. O princípio que prevê “quem tem o poder de tributar tem o poder de isentar” concede aos Estados e ao Distrito Federal, em matéria de ICMS, plena autonomia para fixar unilateralmente todas as suas alíquotas e isenções, desde que observados os critérios de conveniência e oportunidade.
- II. Uma das propriedades do imposto é que em qualquer circunstância a sua incidência é plurifásica. Por exemplo, em se tratando de mercadorias, a incidência do imposto ocorre em todas as fases de circulação da mercadoria.
- III. É inconstitucional a criação de norma unilateralmente por ente federado que estabeleça tributação diferenciada de mercadorias provenientes de outros estados da Federação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas I e III.

QUESTÃO 07 – Em relação à temática da tributação, na origem e/ou no destino, no caso do ICMS, analise as assertivas abaixo:

- I. O imposto será repartido entre os estados de origem e de destino, nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, desde que tais operações não se enquadrem nas hipóteses de operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, circunstância em que o imposto caberá ao estado onde ocorrer o consumo.
- II. O imposto caberá apenas ao estado de destino, nas operações interestaduais, entre contribuintes, com lubrificantes e combustíveis, desde que tais operações não se enquadrem nas hipóteses de operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, circunstância em que o imposto caberá ao estado onde ocorrer o consumo.
- III. O imposto caberá apenas ao estado de origem, nas operações interestaduais com lubrificantes e combustíveis, desde que tais operações não se enquadrem nas hipóteses de operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, circunstância em que o imposto será repartido entre os estados de origem e de destino.

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 08 – O Art. 156, inciso II, da Constituição Federal, estabelece que compete aos municípios instituir o imposto sobre a transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição. Diante disso, analise as assertivas abaixo:

- I. Exigir o imposto no momento e como condição para a lavratura de escritura pública de compra e venda viola o sobredito dispositivo constitucional, porquanto o fato gerador dessa exação somente ocorre com a transferência efetiva da propriedade imobiliária, no cartório de registro de imóveis.
- II. Não incidirá o imposto sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, qualquer que seja a sua atividade.
- III. Não incidirá o imposto sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, qualquer que seja a sua atividade.
- IV. Apesar de no caput do dispositivo constitucional haver menção somente aos municípios, também é constitucionalmente atribuída a competência ao Distrito Federal.

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas I e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas II e IV.

QUESTÃO 09 – Em relação à seção constitucional do tema da “Repartição das Receitas Tributárias”, analise as assertivas abaixo:

- I. Caberá ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), através de convênio específico, definir a expressão “valor adicionado”, a ser considerado na participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS nas operações e prestações oriundas desse imposto.
- II. Pertencerá integralmente ao município o produto da arrecadação do IPVA relativo aos veículos licenciados em seu território.
- III. A União entregará ao Fundo de Participação dos Estados vinte e um inteiros e cinco décimos por cento do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados.
- IV. A União entregará ao Fundo de Participação dos Estados vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 10 – À luz da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A) A União não está impedida de condicionar a entrega de recursos ao cumprimento, pelos estados e Distrito Federal, de aplicação anual em ações e serviços públicos de saúde, de recursos mínimos, derivados da aplicação de percentuais calculados sobre, por exemplo, o produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- B) A União condicionará a entrega de recursos ao Fundo de Participação dos estados e do Distrito Federal somente em relação ao pagamento de seus créditos.
- C) A União está impedida de condicionar a entrega de recursos ao cumprimento, pelos estados e Distrito Federal, de aplicação anual em ações e serviços públicos de saúde, de recursos mínimos, derivados da aplicação de percentuais calculados sobre, por exemplo, o produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- D) Os estados estão impedidos de condicionar a entrega de recursos ao cumprimento, pelos municípios, de aplicação anual em ações e serviços públicos de saúde, de recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre, por exemplo, o produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- E) Os estados não estão impedidos de condicionar a entrega de recursos ao cumprimento, pelos municípios, de aplicação anual em ações e serviços públicos de saúde, de recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre, por exemplo, o produto da arrecadação da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

QUESTÃO 11 – É correto afirmar que os impostos

- A) poderão ter a sua receita vinculada a órgão, fundo ou despesa.
- B) poderão ter a sua competência impositiva delegada.
- C) têm a sua incidência restrita à renda e à produção.
- D) são destituídos de referibilidade em relação ao sujeito passivo de sua obrigação principal.
- E) têm as suas hipóteses restritas àquelas mencionadas na Constituição Federal.

QUESTÃO 12 – Segundo a codificação tributária, é correto afirmar que:

- A) O emprego da analogia em matéria tributária restringe-se às hipóteses em que, havendo alguma lacuna na ordem jurídica, a sua colmatação estará adstrita ao surgimento da obrigação tributária principal.
- B) Se interpreta literalmente a legislação tributária que disponha sobre extinção do crédito tributário.
- C) É vedada a interpretação benigna em matéria tributária como meio para atingir a finalidade de coibir a sonegação fiscal.
- D) Para a aplicação dos princípios gerais de direito público, é necessário ter sido anteriormente aplicada a analogia e os princípios gerais de direito tributário, no caso de integração da legislação tributária e não ter tido êxito.
- E) Em face do princípio da irretroatividade constitucional, é inadmissível em qualquer circunstância a aplicação retroativa da legislação tributária.

QUESTÃO 13 – No Recurso Extraordinário nº 69.828/PA, cujo relator foi o Ministro Aliomar Baleeiro, julgamento ocorrido na sessão de 11 de dezembro de 1970, constou da ementa o seguinte: “2. O legislador ordinário pode reputar ‘industrializada’ a mercadoria que, tecnologicamente, não o seria, mas não pode declarar “não industrializado” o produto que resulta de processo tecnológico de industrialização. 3. Na legislação tributária do Brasil, o peixe vivo, ornamental, pescado, criado selecionado e ‘condicionado em água com adição de oxigênio e tranquilizantes’ nos envoltórios plásticos, para exportação por via aérea, é produto industrializado, imune ao I.C.M.” Com base na Ciência do Direito Tributário brasileiro, na ordem jurídica, qual das alternativas abaixo está em melhor consonância com o enunciado?

- A) O princípio do *solve et repete*.
- B) O princípio da *benigna amplianda, odiosa restringenda*.
- C) A regra de que em matéria de isenções não há possibilidade de aplicação da hermenêutica jurídica.
- D) A de que na hipótese de ser retirada a palavra “ornamental” do referido julgado, mantidas as demais premissas, inclusive o referido magistrado inserido nas mesmas dimensões de tempo e espaço, portanto fixada a mesma linha hermenêutica, a sua conclusão seria outra.
- E) A interpretação sistemática do direito.

QUESTÃO 14 – É correto afirmar que:

- A) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos proferidas em processo administrativo tributário são consideradas normas complementares, dentre outras, das leis.
- B) Uma vez firmado um tratado internacional em matéria tributária, é direta e imediata a sua aplicação à ordem jurídica doméstica.
- C) Com base na razoabilidade, o CTN, expressamente, permite que além da atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo, acrescentar o valor de até um salário mínimo possa ser realizado por decreto.
- D) A expressão “legislação tributária” somente alcança as “normas complementares” editadas pelo poder legislativo do respectivo ente, pois do contrário haveria invasão quanto à competência legislativa.
- E) A previsão legal de que “as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas” derroga a legalidade tributária.

QUESTÃO 15 – É correto afirmar que:

- A) Dado que a obrigação tributária seja acessória, não é possível a sua ocorrência sem a existência de obrigação tributária principal a ela relacionada.
- B) O objeto da obrigação tributária é a prestação, variando essa apenas em relação ao seu objeto.
- C) No caso de haver uma obrigação tributária principal, somente poderá haver uma prestação como seu objeto.
- D) Na hipótese de ter sido pago o tributo previsto em lei, não é necessário o atendimento a exigência de obrigação tributária acessória.
- E) As penalidades pecuniárias tributárias são oriundas apenas dos casos de pagamento em atraso.

QUESTÃO 16 – O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no RESP 1.112.702-SP, decidiu que: “A revisão de lançamento do imposto, diante de erro de classificação, operada pelo Fisco, aceitando as declarações do importador, quando do desembaraço aduaneiro, constitui-se em mudança de critério jurídico”. Em face disso, é correto afirmar que:

- A) O erro é da natureza humana, razão pela qual a ordem jurídica não distingue entre erro de direito e erro de fato para fins de direito tributário.
- B) Trata-se de erro de fato, sendo cabível o lançamento suplementar.
- C) A mudança de critério jurídico é algo admitido pela ordem jurídica, podendo alcançar fatos anteriores à mudança, pois do contrário, inviabilizaria a arrecadação tributária.
- D) Trata-se de erro de direito, sendo incabível o lançamento suplementar.
- E) Tanto erro de direito quanto erro de fato são passíveis de lançamento suplementar somente nas hipóteses em que foi esgotado o prazo decadencial.

QUESTÃO 17 – É correto afirmar que:

- A) A obrigação tributária principal extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Todavia, se primeiramente o crédito for extinto, isso não acarretará a extinção da obrigação.
- B) O depósito, realizado na ação de consignação em pagamento, tem por finalidade garantir a dívida que o sujeito passivo pretende discutir.
- C) São exemplificativas as hipóteses de extinção do crédito tributário previstas no CTN, haja vista que o princípio da evolução do conhecimento jurídico não poder ser tolhido.
- D) Na hipótese de determinado contribuinte possuir vários débitos de diversos tributos e modalidades perante o mesmo sujeito ativo e de aquele somente ter dinheiro para pagar um, é faculdade do sujeito escolher o débito que será extinto.
- E) Tendo sido pago determinado tributo e posteriormente constatado que o mesmo já estava prescrito, é possível pleitear a restituição de seu valor, diferentemente do que ocorre no direito privado.

QUESTÃO 18 – É correto afirmar que:

- A) A remição não é hipótese de extinção do crédito tributário.
- B) As hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, contidos no Art. 151, do CTN, são exemplificativas.
- C) O depósito do montante integral para suspender a exigibilidade do crédito tributário é realizado somente em processo judicial e em dinheiro.
- D) A não incidência de ICMS, prevista em lei para alguma mercadoria concedida independentemente do sujeito passivo, trata-se de isenção subjetiva.
- E) Somente é possível pleitear a restituição de tributo pago indevidamente se, porventura, o sujeito passivo registrou anterior manifestação contrária ao pagamento.

QUESTÃO 19 – Dada a ordem jurídica, é correto afirmar que:

- A) É possível a instituição de isenção heterônoma somente pela União, não podendo os estados instituí-la.
- B) Isenção somente pode ser concedida através de lei específica do ente público tributante competente para fazê-lo.
- C) É possível a instituição de isenção heterônoma somente pelos estados, não podendo os municípios instituí-la.
- D) É possível a instituição de isenção heterônoma somente pelos municípios, não podendo a União e os estados instituí-la.
- E) Com base na isonomia tributária, uma vez instituída qualquer isenção, ela deverá alcançar todo o território do ente público tributante.

QUESTÃO 20 – É correto afirmar que:

- A) Somente no caso de haver disposição em contrário, a imposição de multa afasta o pagamento do principal, pois ninguém pode ser penalizado duplamente em razão do mesmo fato.
- B) A pendência de consulta formulada pelo sujeito passivo, dentro do prazo legal para pagamento do crédito, não ilide a incidência de juros de mora.
- C) Um dos efeitos jurídicos do instituto da denúncia espontânea prevista no CTN é o pagamento do tributo sem a incidência de multa.
- D) Na hipótese de ausência de fixação de data para pagamento de determinado tributo, o sujeito passivo deverá fazê-lo até o décimo quinto dia útil a contar da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal.
- E) É fato que o crédito tributário é de interesse público e, portanto, é indisponível. Por essa razão, é vedada, em qualquer circunstância, a concessão de desconto para pagamento.

QUESTÃO 21 – É correto afirmar que:

- A) Na hipótese de arrematação de bem imóvel em hasta pública, o eventual crédito tributário existente será de responsabilidade do arrematante.
- B) É permitido ao responsável tributário exigir que primeiro o contribuinte quite algum débito existente. Somente na hipótese de inexistência de patrimônio e inadimplemento é que o contribuinte será obrigado a pagar o tributo devido.
- C) A interrupção da prescrição em favor de um dos obrigados não acarreta o mesmo efeito para os demais.
- D) A cisão está expressamente prevista no CTN, como hipótese de responsabilidade dos sucessores.
- E) O fato gerador de obrigação tributária principal, praticado por juridicamente incapaz ou em que ele tenha provocado a sua ocorrência, não torna o tributo correspondente indevido.

QUESTÃO 22 – Segundo o CTN, é correto afirmar que:

- A) Os empregados são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.
- B) A responsabilidade é pessoal ao agente apenas quanto às infrações cuja definição o dolo específico do agente seja elementar.
- C) Apenas os diretores são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.
- D) Os gerentes, apenas, são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes.
- E) Os gerentes, apenas, são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com infração de lei.

QUESTÃO 23 – Ainda segundo o CTN, é correto afirmar que:

- A) A certidão negativa será sempre expedida nos termos estabelecidos pelo sujeito ativo, independentemente do requerido pelo sujeito passivo, já que é aquele e não este que detém o cadastro de contribuintes.
- B) As hipóteses de expedição de certidão positiva com efeitos de negativa são exaustivas.
- C) Somente a certidão negativa expedida com dolo que contenha erro contra a Fazenda Pública é que responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir.
- D) A liquidez do crédito tributário estará assegurada somente na hipótese de não haver qualquer tipo de acréscimo ao principal, seja para remunerar, compensar ou atualizar.
- E) Somente poderá ser exigida a quebra de sigilo profissional pela Fazenda Pública nas hipóteses de comprovada sonegação fiscal.

QUESTÃO 24 – De acordo com o CTN, é correto afirmar que:

- A) A dívida ativa tributária é proveniente de todos os créditos do ente público que não tenham sido pagos pelos devedores.
- B) A certidão de dívida ativa deverá conter exatamente todos os requisitos do termo de inscrição de dívida ativa, nada mais podendo ser acrescentado.
- C) Constar no termo de inscrição da dívida ativa o número do processo administrativo de que se originou o crédito tributário, é condição necessária para a sua validade.
- D) As causas de nulidade da inscrição em dívida ativa são insanáveis.
- E) A dívida ativa, regularmente inscrita, goza da presunção *iusuris et de iure* de certeza e liquidez.

QUESTÃO 25 – Segundo a Lei Complementar nº 123/06, é correto afirmar que:

- A) É condição suficiente ser sociedade simples para ter uma definição de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- B) O fato de o empresário ser enquadrado como microempresa implica alteração em relação aos contratos por ele anteriormente firmados, haja vista a mudança do seu status jurídico.
- C) No conceito de receita bruta determinante, para o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, é condição suficiente não incluir os descontos incondicionais concedidos.
- D) No conceito de receita bruta determinante, para o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, é condição necessária não incluir as vendas canceladas.
- E) Considerando a proteção ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido, uma vez que tenha sido o empresário enquadrado como microempresa, somente em relação a exercício posterior é que esse empresário poderá ser desenquadrado, desde que notificado.

QUESTÃO 26 – Segundo a Lei Complementar nº 123/06, é correto afirmar que:

- A) É isento de imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores distribuídos ao sócio de microempresa optante pelo Simples Nacional.
- B) O denominado Simples Nacional é um novo tributo que visa facilitar a vida das microempresas e das empresas de pequeno porte.
- C) É isento de imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores distribuídos apenas ao sócio de microempresa optante pelo Simples Nacional.
- D) É isento de imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores distribuídos apenas ao sócio de empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional.
- E) Não são isentos de imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores distribuídos aos sócios de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional.

QUESTÃO 27 – Segundo a Lei Complementar nº 87/96, é correto afirmar que:

- A) O fornecimento de alimentação em restaurantes, por se tratar de prestação de serviços, é caso de não incidência de ICMS.
- B) O serviço de radioamador prestado pelas pessoas naturais, por ser não oneroso, não é alcançado pela incidência de ICMS.
- C) A natureza jurídica da operação é condição necessária à caracterização do fato gerador do ICMS.
- D) Como o fato gerador do ICMS é a circulação da mercadoria, ele incide nas hipóteses de aluguel, pois há movimentação física do bem do locador para o locatário.
- E) A habitualidade é a única condição necessária para que qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize operações de circulação de mercadoria seja enquadrada como contribuinte.

QUESTÃO 28 – Segundo a Lei Complementar nº 87/96, é correto afirmar que:

- A) Não poderá ser atribuída a responsabilidade pelo pagamento do ICMS a depositário a qualquer título, mas apenas àquele que estiver vinculado ao fato gerador.
- B) Existindo preço final ao consumidor, sugerido pelo fabricante ou importador, deverá a lei estabelecer como base de cálculo esse preço.
- C) A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais dependerá de acordo específico celebrado pelos estados interessados.
- D) É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição parcial do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondendo ao fato gerador presumido que se realizar com desconto.
- E) Em qualquer situação, não integra a base de cálculo do ICMS o valor correspondente a juros pagos cobrados pelo vendedor, pois esses sofrem a incidência de IOF.

QUESTÃO 29 – Segundo o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- A) Depende de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para ser executado, o título executivo extrajudicial tributário, oriundo de país estrangeiro.
- B) A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados e dos Municípios, correspondente apenas aos créditos tributários inscritos na forma da lei, é título executivo extrajudicial.
- C) A Guia de Informação e Apuração (GIA) do ICMS é título executivo extrajudicial.
- D) A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei, é título executivo extrajudicial.
- E) É condição necessária e suficiente à execução para cobrança de crédito, fundar-se sempre em título de obrigação certa e líquida.

QUESTÃO 30 – Segundo a Lei Complementar nº 24/75, é correto afirmar que:

- A) A exigência de unanimidade da decisão dos estados representados à concessão de benefícios, prevista no § 2º, do Art. 2º, da Lei Complementar nº 24/75, não foi recepcionada pela Constituição Federal vigente, porque afronta a autonomia dos estados.
- B) Considerando o princípio “quem tem o poder de tributar tem o poder de isentar”, e dada a autonomia constitucional dos estados, esses é que estabelecerão as hipóteses de isenção de ICMS, mas não quanto aos benefícios de outra natureza.
- C) Não cabe aos convênios definir as condições gerais em que se poderão conceder unilateralmente hipóteses de moratória.
- D) A ratificação ou rejeição de convênios entre os estados será somente publicada no Diário Oficial dos estados interessados.
- E) Os convênios podem dispor que a aplicação de qualquer de suas cláusulas seja limitada a uma ou algumas Unidades da Federação.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 31 – A Receita Estadual do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 13.452/2010 e respectivas alterações, tem em sua estrutura o Gabinete da Receita Estadual, o Conselho Superior, órgãos de execução e órgãos de execução direta. Em relação ao Conselho Superior, analise as seguintes assertivas:

- I. O Conselho Superior possui competência para pronunciar-se sobre o desempenho de integrante da carreira que esteja cumprindo estágio probatório.
- II. Compete ao Conselho Superior expedir provimento visando a simplificação e o aprimoramento dos serviços da Receita Estadual, os quais estão sujeitos à devida homologação pelo Secretário de Estado da Fazenda, para que passem a produzir os seus regulares efeitos.
- III. O Conselho Superior será presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda e, na sua falta, pelo Subsecretário da Receita Estadual.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 32 – Os atos administrativos estão sujeitos a um regime jurídico especial, que se traduz pela conjugação de certos atributos, dentre os quais se incluem a presunção de legitimidade, imperatividade e autoexecutoriedade. Analise as seguintes assertivas sobre tais atributos dos atos administrativos:

- I. A presunção de legitimidade indica que o ato administrativo usufrui de presunção de que foi praticado de acordo com a ordem jurídica e que o seu conteúdo fático traduz-se como verdadeiro. Este atributo acompanha todos os atos administrativos.
- II. A imperatividade indica que os atos administrativos podem ser praticados independentemente da vontade dos destinatários. Este atributo está presente em todos os atos administrativos.
- III. A autoexecutoriedade dos atos administrativos impede que os cidadãos provoquem o controle judicial preventivo sobre os atos administrativos, ressalvados os casos expressamente autorizados em lei.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 33 – Analise as seguintes assertivas sobre a sindicância, levando em consideração apenas o regramento disposto na Lei Complementar Estadual nº 13.452/2010.

- I. A sindicância será instaurada por determinação do Secretário de Estado da Fazenda ou do Subsecretário da Receita Estadual para apurar a ocorrência de irregularidades funcionais praticadas por Auditor-Fiscal da Receita Estadual, que podem ocasionar a punição de demissão ou a cassação de aposentadoria.
- II. A sindicância é caracterizada pela publicidade, sendo que o primeiro ato desse procedimento será a oitiva do indiciado, garantindo-lhe o exercício de ampla defesa.
- III. A sindicância será realizada em noventa dias, salvo motivo plenamente justificado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 34 – Analise as seguintes assertivas sobre o poder de polícia exercido pela Administração Pública:

- I. O exercício do poder de polícia pela Administração Pública não está sujeito à análise pelo Poder Judiciário, face ao princípio da autonomia entre os Poderes do Estado.
- II. O poder de polícia da Administração Pública poderá ser exercido tanto em caráter preventivo como repressivo.
- III. O poder de polícia da Administração Pública é de natureza vinculada, não havendo espaço para atuação discricionária, tanto em relação à valoração da atividade policiada quanto em relação à eleição da medida aplicável.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 35 – Considerando os termos da Lei Complementar Estadual nº 13.452/2010, com as alterações inseridas pela Lei Complementar Estadual nº 14.470/2014, analise as seguintes assertivas sobre a carreira de Auditor-Fiscal da Receita Estadual:

- I. Ao Auditor-Fiscal da Receita Estadual é assegurado o direito de não ser removido compulsoriamente, mesmo com fundamento no interesse do serviço, face à garantia da inamovibilidade.
- II. O cônjuge do Auditor-Fiscal da Receita Estadual, quando servidor estadual, será removido, se o requerer, para a sede da unidade operacional onde o Auditor-Fiscal da Receita Estadual tiver exercício ou lotação.
- III. A lei assegura ao Auditor-Fiscal da Receita Estadual a utilização de carteira de identidade funcional, inclusive na inatividade, expedida pelo Secretário do Estado da Fazenda, com força legal em todo o território do Estado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 36 – Analise as seguintes assertivas sobre as licitações, conforme a regulamentação prevista na Lei nº 8.666/93:

- I. O convite é uma modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, na qual somente poderá participar o licitante previamente cadastrado.
- II. O leilão é modalidade de licitação adequada para a venda de bens imóveis da Administração Pública, dependendo, para a sua realização, de prévia autorização legislativa.
- III. A realização de licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 37 – A expressão *agentes públicos* indica as pessoas que exercem funções públicas como prepostos do Estado. Analise as seguintes assertivas sobre os agentes públicos:

- I. A função de agente público poderá ser transitória ou definitiva, mas sempre estará vinculada a presença de alguma espécie de remuneração.
- II. A Administração Pública poderá contar com agentes particulares, colaboradores no exercício da atividade administrativa, mas eles não poderão ser considerados como agentes públicos.
- III. Os agentes políticos representam uma categoria de agentes públicos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 38 – A Constituição Federal determina que a Administração Pública direta e indireta deva ser submetida aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Analise as seguintes assertivas sobre o princípio da eficiência:

- I. A importância assumida pelo princípio da eficiência possibilita a sua sobreposição em relação aos demais princípios da Administração Pública, em especial em relação ao princípio da legalidade.
- II. O princípio da eficiência pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, ao qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições.
- III. A adequação do modo de organização, estrutura e disciplina da Administração Pública estão relacionadas ao princípio da eficiência.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 39 – As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos são regidas pela Lei nº 8.987/95. Analise as seguintes assertivas, de acordo com essa legislação:

- I. O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão e permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- II. Considera-se adequado o serviço público que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade da tarifa.
- III. A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação, não podendo sofrer revisão durante o prazo de duração do contrato.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 40 – Os contratos administrativos, regulados pela Lei nº 8.666/93, regem-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, com aplicação supletiva dos princípios e da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado. Analise as seguintes assertivas sobre esse tema:

- I. Os contratos administrativos têm como principal característica o fato de serem firmados entre a Administração Pública e terceiros, particulares ou não, sendo atribuída ao Ente Público uma série de prerrogativas, as quais o contratado deve submeter-se, denominadas cláusulas exorbitantes.
- II. As cláusulas exorbitantes devem, necessariamente, constarem de forma expressa no texto do contrato administrativo, proporcionando, assim, segurança negocial.
- III. A Administração Pública poderá renunciar aos benefícios das cláusulas exorbitantes, mediante previsão expressa constante do contrato administrativo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 41 – De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, em se tratando de Controle de Constitucionalidade, analise as seguintes assertivas.

- I. Para aprovação de Súmula do Supremo Tribunal Federal, é necessário que essa aprovação somente ocorra após provocação judicial, mediante decisão de dois terços de seus membros e após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.
- II. As Súmulas do Supremo Tribunal Federal somente terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal, a partir da sua publicação na imprensa oficial.
- III. Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e proferirá decisão que, de imediato, reestabeleça a inteireza e correção na aplicação da Constituição Federal.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 42 – Segundo estabelece a Constituição Federal, entre outras atribuições, compete ao Conselho Nacional de Justiça:

- I. Zelar pela observância do Art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.
- II. Receber e conhecer das reclamações, entre outras, contra órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados e, com isso, exercendo de forma exclusiva a competência disciplinar e correicional em relação ao referido ato.
- III. Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de cinco anos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 43 – Com base na Constituição Federal e em relação à nacionalidade, analise as seguintes assertivas:

- I. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- II. São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- III. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 44 – Em relação a emenda, reforma ou revisão constitucional, analise as seguintes assertivas:

- I. A Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- II. A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- III. A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros.

Quais estão incorretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 45 – De acordo com o regime constitucional dos princípios fundamentais, analise as seguintes assertivas:

- I. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a defesa da paz social, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, os valores da livre iniciativa e o pluralismo político.
- II. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e reduzir a marginalização e as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- III. Ao estabelecer que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, isso se dá em respeito, principalmente, ao Princípio da Segurança Jurídica.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 46 – Com relação aos direitos e garantias fundamentais, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal, analise as seguintes assertivas:

- I. A todos é assegurado o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, independentemente do pagamento de taxas.
- II. Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- III. Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à cidadania, à nacionalidade e à soberania.

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 47 – De acordo com o regime constitucional da organização do Estado brasileiro, analise as seguintes assertivas:

- I. É assegurada, nos termos da lei, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da administração indireta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
- II. Os estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- III. Os estados membros têm competência para legislar concorrentemente com a União, entre outros assuntos, sobre produção e consumo, florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 48 – Nos termos da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, podem propor a ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, ou por omissão, exceto:

- A) O Governador do Estado e a mesa da Assembleia legislativa, entre outros.
- B) O Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado, entre outros.
- C) O Defensor Público-Geral do Estado e o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros.
- D) O partido político com representação na Assembleia Legislativa, entidade sindical ou de classe, de âmbito nacional ou estadual, entre outros.
- E) O Prefeito Municipal e a Mesa da Câmara Municipal, entre outros.

QUESTÃO 49 – Em relação aos direitos individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, analise as seguintes assertivas:

- I. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- II. É livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, observadas as avaliações de licença legais e de censura.
- III. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício, ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 50 – O Governador do Estado poderá delegar ao Vice-Governador e aos Secretários de Estado, bem como ao Procurador-Geral do Estado, as seguintes atribuições:

- I. Dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.
- II. Prover os cargos do Poder Executivo, na forma da lei.
- III. Prestar, por escrito e no prazo de trinta dias, as informações que a Assembleia solicitar a respeito dos serviços a cargo do Poder Executivo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

CONTABILIDADE

QUESTÃO 51 – Calcule o retorno do Ativo, sabendo que a margem de lucro foi de 15% e o giro do Ativo foi de 1,5x.

- A) 25,20%.
- B) 10,00%.
- C) 16,25%.
- D) 16,50%.
- E) 22,50%.

QUESTÃO 52 – No quadro apresentado abaixo, examinando exclusivamente a evolução relativa da participação dos capitais de terceiros em relação ao capital total da Companhia Tapajós, é possível afirmar que a participação dos capitais de terceiros vem aumentando ano a ano.

	2010	2011	2012	2013	2014
Capital de Terceiros	25%	30%	35%	40%	60%
Capital Próprio	75%	70%	65%	60%	40%

Tal fato pode ser interpretado como:

- A) Preocupante, exigindo que a administração realize uma capitalização urgente, por parte dos acionistas, para reequilibrar a estrutura de capital.
- B) Não preocupante, pois a participação dos capitais de terceiros ainda não atingiu a casa dos 80%, fato que tornaria a empresa insolvente.
- C) Preocupante, mas merece ser mais bem investigado, pois caso esses novos recursos sejam direcionados para novos investimentos com taxa de retorno superior ao custo da dívida, isso pode ser positivo.
- D) Não preocupante, pois a alavancagem financeira sempre proporciona benefícios às empresas.
- E) Preocupante, mas merece ser bem mais investigado, pois caso esses novos recursos sejam direcionados para novos investimentos com taxa de retorno superior ao custo da dívida, isso pode ser negativo.

QUESTÃO 53 – Para responder esta questão assuma como premissa que a Industrial Chile S.A. utiliza o custeio por absorção e o custeio variável para apurar os seus custos de produção. No início do ano de 2010, todos os estoques estavam zerados, ou seja, não havia estoque de produtos acabados ou semiacabados. No mês de janeiro de 2011, foram iniciadas e terminadas 12.000 unidades, das quais 8.000 unidades foram vendidas. Ao final do mês de janeiro, o resultado líquido foi de R\$ 14.000,00 pelo custeio variável e de R\$ 16.000,00 pelo custeio por absorção. Determine o valor do preço de venda, do custo unitário variável e dos custos fixos, respectivamente, sabendo que os custos variáveis representam 50% do preço de venda.

- A) R\$ 15,00 – R\$ 7,50 – R\$ 16.000,00.
- B) R\$ 12,00 – R\$ 6,00 – R\$ 16.000,00.
- C) R\$ 12,00 – R\$ 6,00 – R\$ 6.000,00.
- D) R\$ 5,00 – R\$ 2,50 – R\$ 6.000,00.
- E) R\$ 6,66 – R\$ 3,33 – R\$ 6.000,00.

QUESTÃO 54 – A Araguaia S.A. encerrou o ano de 2013 apresentando o seguinte resumo de seu Demonstrativo de Resultado do Exercício:

CONTAS	R\$
Receita Operacional Bruta	350.000
Provisão para Imposto de Renda	20.850
ICMS sobre Vendas	43.300
Despesas Financeiras Líquidas	12.300
Despesas com Vendas	11.800
Despesas Administrativas	8.750
Custo das Mercadorias Vendidas	212.720

Exclusivamente a partir das informações disponíveis, calcule a margem de lucratividade bruta e a margem de lucratividade líquida, respectivamente.

- A) 30,64% – 13,13%.
- B) 30,46% – 13,31%.
- C) 28,85% – 15,51%.
- D) 26,85% – 11,51%.
- E) 26,58% – 15,51%.

QUESTÃO 55 – A Jurerê Industrial de Calçados costuma operar com contas a receber de clientes médio equivalente a 55 dias de vendas. De acordo com os dados do último balanço, a Receita Operacional Bruta foi de R\$ 790.000,00. Considerando somente essas informações, é possível afirmar que o valor das contas a receber de clientes médio será de:

- A) R\$ 120.594,44.
- B) R\$ 120.694,44.
- C) R\$ 120.964,44.
- D) R\$ 125.694,44.
- E) R\$ 126.094,14.

QUESTÃO 56 – Dentre as principais definições utilizadas em recuperação de ativos, encontramos a definição do Valor em Uso, que significa o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, que devem:

- A) Resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa.
- B) Resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, descontado por uma taxa que represente o custo médio de capital.
- C) Resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, acrescido das reavaliações realizadas.
- D) Resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, descontados da depreciação acumulada no período.
- E) Resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, ajustados pela taxa de desconto.

QUESTÃO 57 – Para fins de identificação de um ativo que pode estar desvalorizado, devemos considerar seu valor

- A) de uso excedente ao seu valor contábil.
- B) reavaliado excedente ao seu valor recuperável.
- C) contábil excedente ao seu valor reavaliado.
- D) recuperável excedente ao seu valor contábil.
- E) contábil excedente ao seu valor recuperável.

QUESTÃO 58 – De acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações, é considerada controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócios que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger

- A) alguns administradores de modo eventual.
- B) a maioria dos administradores de modo permanente.
- C) no mínimo três membros do conselho de administração de modo permanente.
- D) no mínimo dois membros do conselho de administração de modo permanente.
- E) até dois membros do conselho de administração.

QUESTÃO 59 – A Cia. Controladora recebeu R\$ 1.500.000,00 relativos à distribuição de dividendos por parte de sua empresa controlada. Considerando que estes investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, podemos afirmar que os dividendos serão contabilizados, na Cia. Controladora, mediante o débito na conta bancos conta movimento da controladora e a crédito da conta:

- A) Outras receitas operacionais, na demonstração de resultados, pois representa uma receita gerada por um investimento em controlada.
- B) Outras receitas operacionais, na demonstração de resultados, pois representa um ganho proporcionado por um investimento operacional.
- C) Outras receitas não operacionais, na demonstração de resultados, pois representa uma receita gerada por um investimento em controlada.
- D) Investimentos, pelo fato de que os dividendos recebidos em dinheiro representam uma realização parcial do investimento.
- E) Investimentos, pelo fato de que os dividendos recebidos em dinheiro representam a mais valia do investimento.

QUESTÃO 60 – De acordo com as normas contábeis, o Valor Justo pode ser definido como o preço que

- A) seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação.
- B) seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ocorrida no mercado de bolsa de valores.
- C) seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo dentro de uma avaliação pelo fluxo de caixa descontado.
- D) seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
- E) seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo, avaliado através de ativos comparáveis.

Com base nas informações disponíveis da Indústria Rio Negro Ltda., responda às questões 61, 62 e 63.

O Departamento de Custos disponibilizou as seguintes informações:

- **Capacidade total de produção: 20.000 peças por ano.**
- **Custos Fixos Anuais: R\$ 60.000,00.**
- **Custos Variáveis: R\$ 3,00 por unidade produzida.**
- **Preço de Venda: R\$ 9,00 por unidade vendida.**

QUESTÃO 61 – Qual a margem de contribuição unitária e qual o ponto de equilíbrio contábil, respectivamente, dessa indústria?

- A) R\$ 6,00 por unidade – 20.000 unidades por ano.
- B) R\$ 5,00 por unidade – 12.000 unidades por ano.
- C) R\$ 5,00 por unidade – 10.000 unidades por ano.
- D) R\$ 6,00 por unidade – 10.000 unidades por ano.
- E) R\$ 5,00 por unidade – 20.000 unidades por ano.

QUESTÃO 62 – Considerando os mesmos dados apresentados anteriormente, determine qual será o lucro gerado se a Indústria Rio Negro Ltda. produzir e vender um volume equivalente a 80% da sua capacidade total de produção instalada.

- A) R\$ 46.000,00 por ano.
- B) R\$ 42.000,00 por ano.
- C) R\$ 36.000,00 por ano.
- D) R\$ 34.000,00 por ano.
- E) R\$ 26.000,00 por ano.

QUESTÃO 63 – Com base nos dados apresentados, qual é o ponto de equilíbrio econômico se a Indústria Rio Negro Ltda. deseja um lucro anual de R\$ 24.000,00?

- A) 14.000 unidades por ano.
- B) 16.000 unidades por ano.
- C) 24.000 unidades por ano.
- D) 26.000 unidades por ano.
- E) 33.000 unidades por ano.

QUESTÃO 64 – Quando se analisa as relações entre Custo/Volume/Lucro em uma indústria, é possível concluir que na medida em que

- A) diminui a quantidade produzida e vendida, diminui o total dos custos.
- B) aumenta a quantidade produzida e vendida, os custos variáveis diminuem.
- C) aumenta a quantidade produzida e vendida, aumenta o ponto de equilíbrio.
- D) diminui a quantidade produzida e vendida, aumenta a margem de lucro.
- E) aumenta a quantidade produzida e vendida, aumenta a margem de lucro.

QUESTÃO 65 – Uma empresa deverá avaliar seus estoques de mercadoria de revenda ao custo das últimas entradas quando não mantém um sistema de custos integrados. Para o caso de estoques vinculados à sua própria fabricação, a indústria deverá avaliar os estoques de produtos em processo por:

- A) 80% do valor dos produtos acabado.
- B) 70% do custo do produto acabado.
- C) 60% do menor preço de venda.
- D) 60% do maior preço de venda.
- E) 50% do maior preço de venda.

QUESTÃO 66 – A Vale D'ouro S.A. apresentou as seguintes informações contábeis:

- Estoques de mercadorias para revenda em 31/dez/2013 de R\$ 25.000,00.
- Estoques de mercadorias para revenda em 31/dez/2014 de R\$ 45.000,00.
- Receita Operacional Líquida no exercício social de 2014 de R\$ 90.000,00.
- Lucro Bruto no exercício social de 2014 de R\$ 45.000,00.

A partir desses dados, é possível afirmar que:

- A) As compras foram de R\$ 55.000,00 e o Custo das Mercadorias Vendidas do ano de 2014 foi de R\$ 45.000,00.
- B) As compras foram de R\$ 56.000,00 e o Custo das Mercadorias Vendidas do ano de 2014 foi de R\$ 45.000,00.
- C) As compras foram de R\$ 65.000,00 e o Custo das Mercadorias Vendidas do ano de 2014 foi de R\$ 54.000,00.
- D) As compras foram de R\$ 65.000,00 e o Custo das Mercadorias Vendidas do ano de 2014 foi de R\$ 45.000,00.
- E) As compras foram de R\$ 65.000,00 e o Custo das Mercadorias Vendidas do ano de 2014 foi de R\$ 53.000,00.

QUESTÃO 67 – A Joia do Nilo, encerrou o ano de 2011 apresentando os seguintes valores em seu ativo:

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 80.000,00
Cientes – Terceiros	R\$ 250.000,00
Cientes – Subsidiária	R\$ 150.000,00
Estoques	R\$ 100.000,00
Investimentos em Subsidiária	R\$ 225.000,00
Imobilizado	R\$ 400.000,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 1.205.000,00

Sabe-se que a empresa possui uma subsidiária integral que encerrou o ano de 31/dez/2011 com os seguintes saldos.

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 50.000,00
Cientes – Terceiros	R\$ 150.000,00
Estoques	R\$ 40.000,00
Imobilizado	R\$ 400.000,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 640.000,00

Sabendo que a empresa Joia do Nilo irá consolidar seu ativo com o da subsidiária, podemos afirmar que para fins de consolidação serão excluídos do ativo os seguintes valores:

- A) R\$ 150.000,00, oriundos da conta clientes – subsidiária
- B) R\$ 375.000,00, representados pelas seguintes contas: contas clientes – subsidiária e investimentos em subsidiária.
- C) R\$ 225.000,00, oriundos da conta investimentos em subsidiária.
- D) R\$ 75.000,00, representados pelos ajustes líquidos das seguintes contas: contas clientes – subsidiária e investimentos em subsidiária.
- E) R\$ 250.000,00, oriundos da conta clientes – subsidiária.

Para responder às questões 68, 69 e 70, considere somente as seguintes informações disponíveis da Comercial Arara Ltda.

- Saldo dos Estoques em 31/dez/2009 é igual a zero.
- 10/jan/2010 – compras de 1.000 unidades a R\$ 20,00 por unidade.
- 15/jan/2010 – compras de 500 unidades a R\$ 25,00 por unidade.
- 18/jan/2010 – compras de 300 unidades a R\$ 30,00 por unidade.
- 25/jan/2010 – venda de 1.200 unidades ao preço de venda de R\$ 60,00 por unidade.

QUESTÃO 68 – Qual é o valor do Custo das Mercadorias Vendidas (CMV), assumindo que os estoques foram avaliados pelo método Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair (PEPS)?

- A) R\$ 25.000,00.
- B) R\$ 25.600,00.
- C) R\$ 25.900,00.
- D) R\$ 29.200,00.
- E) R\$ 29.500,00.

QUESTÃO 69 – Considerando que os estoques foram avaliados pelo método Último a Entrar, Primeiro a Sair (UEPS), qual é o valor dos estoques em 31/jan/2010?

- A) R\$ 12.000,00.
- B) R\$ 15.600,00.
- C) R\$ 16.500,00.
- D) R\$ 18.000,00.
- E) R\$ 18.600,00.

QUESTÃO 70 – Considerando que os estoques foram avaliados pela Média Móvel Ponderada (MMP), qual é o Lucro Bruto?

- A) R\$ 43.433,33.
- B) R\$ 44.333,33.
- C) R\$ 46.800,00.
- D) R\$ 47.000,00.
- E) R\$ 48.600,00.

QUESTÃO 71 – A J&J Cia. Ltda. apresentou o seguinte resumo das movimentações contábeis ocorridas no ano de 2013:

- Ativo Total em 31/dez/2012 era de R\$ 600.000,00.
- Dívidas de curto prazo em 31/dez/2012 eram de R\$ 350.000,00.
- No ano de 2013, ocorreram as seguintes movimentações: compra de estoques pagos à vista e em dinheiro no valor de R\$ 60.000,00; vendas de mercadorias (valor total do estoque) com um lucro de R\$ 70.000,00, todas à vista; compra de veículo no valor de R\$ 40.000,00, 100% financiado, com a primeira parcela vencendo em 31/jan/2014.

A partir dessas movimentações, podemos afirmar que:

- I. As dívidas de curto prazo aumentaram em R\$ 50.000,00 no ano de 2013.
- II. O imobilizado aumentou em R\$ 40.000,00 em 31/dez/2013.
- III. O patrimônio líquido em dez/2013 era de R\$ 320.000,00.
- IV. O patrimônio líquido em 31/dez/2013 era de R\$ 175.000,00.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas II e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 72 – Atualmente, as empresas são obrigadas a apresentar mais uma demonstração financeira, que tem por objetivo avaliar a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa em um período. Essa é a demonstração

- A) das Mutações do Patrimônio Líquido.
- B) de Resultado do Exercício.
- C) de Lucros e Prejuízos Acumulados.
- D) do Fluxo de Caixa.
- E) das Origens e Aplicações dos Recursos.

QUESTÃO 73 – Em relação ao Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA), podemos afirmar que esse demonstrativo:

- I. Objetiva apresentar, depois de eliminados os valores que representam dupla contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Nacional Bruto (PNB).
- II. Apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.
- III. Apresenta o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os governos federal, estadual e municipal.
- IV. Tem por objetivo apresentar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para sua criação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas IV.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 74 – A partir da teoria contábil, analise as assertivas abaixo em relação aos fatos contábeis.

- I. São ocorrências que têm por efeito a alteração da composição do patrimônio, seja em seu aspecto qualitativo ou em seu aspecto quantitativo.
- II. São permutativos aqueles que modificam qualitativamente o patrimônio sem alterar a situação líquida.
- III. São ocorrências equivalentes aos atos administrativos, que têm por efeito a alteração do patrimônio líquido, seja em seu aspecto qualitativo ou em seu aspecto quantitativo.
- IV. São ocorrências que têm por efeito alterações eminentemente quantitativas no patrimônio líquido de uma entidade.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas IV.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 75 – A Companhia Rio Amazonas contratou uma dívida de US\$ 100.000,00, quando a taxa era de R\$ 2,00 por dólar norte-americano. No encerramento do balanço, a cotação do dólar norte-americano estava em R\$ 3,00. Essa variação será contabilizada como:

- A) Juros ativos.
- B) Variações monetárias ativas.
- C) Variações cambiais passivas.
- D) Juros ativos diferidos.
- E) Juros passivos diferidos.

QUESTÃO 76 – A Companhia Industrial Rio Tucuquí possui um maquinário avaliado em R\$ 240.000,00 e esse maquinário foi segurado em 1º de setembro de 2012. A companhia pagou um prêmio equivalente a 10% do valor de avaliação das máquinas, com vigência pelo prazo de um ano, a partir da assinatura do contrato. A partir desses dados, podemos concluir que o saldo da conta Seguros Pagos Antecipadamente, em 31/dez/2012, é de:

- A) R\$ 4.000,00.
- B) R\$ 8.000,00.
- C) R\$ 16.000,00.
- D) R\$ 80.000,00.
- E) R\$ 160.000,00.

QUESTÃO 77 – A companhia Araguaia reconheceu, no seu balanço, a redução do valor de Semoventes. Tal redução representa uma?

- A) Insubsistência do ativo.
- B) Superveniência do ativo.
- C) Superveniência do passivo.
- D) Insubsistência do passivo.
- E) Superveniência ativa.

Para responder às questões 78 e 79, utilize o elenco de contas extraídos do Balanço Patrimonial da Cia. Harmonia.

CONTAS	R\$
Ações em Tesouraria	25.000
Ativos Intangíveis	175.800
Capital Social	290.000
Contas a Receber	180.100
Custo das Mercadorias Vendidas	385.700
Depreciação Acumulada	50.000
Despesas com Comissões de Vendas	42.000
Despesas de Salários	32.350
Despesas Financeiras	5.500
Disponível	50.000
Encargos Sociais a Recolher	32.400
Estoques	283.300
Financiamentos Bancários de Curto Prazo	230.000
Financiamentos Bancários Longo Prazo	188.280
Fornecedores	200.000
ICMS sobre Vendas	65.000
Impostos a Recuperar	5.200
Investimentos em Controladas	199.230
Máquinas e Equipamentos	450.000
Provisão para Imposto de Renda	42.750
Receita de Equivalência Patrimonial	28.900
Receita Operacional Bruta	650.000
Receitas Financeiras	20.000
Reserva Legal	21.550
Reserva para Contingências	20.000
Salários a Pagar	220.000
Seguros Pagos Antecipadamente	15.200
Variações Monetárias Ativas	12.500
Variações Monetárias Passivas	6.500

QUESTÃO 78 – De acordo com a tabela acima, calcule o resultado do exercício, assumindo que não ocorreu destinação de dividendos, e informe o valor do patrimônio líquido da Cia. Harmonia.

- A) R\$ 466.150,00.
- B) R\$ 483.150,00.
- C) R\$ 488.150,00.
- D) R\$ 463.150,00.
- E) R\$ 438.150,00.

QUESTÃO 79 – Qual o valor do ativo circulante e do passivo circulante, respectivamente?

- A) R\$ 708.800,00 – R\$ 870.680,00.
- B) R\$ 583.300,00 – R\$ 628.400,00.
- C) R\$ 533.800,00 – R\$ 708.800,00.
- D) R\$ 533.800,00 – R\$ 682.400,00.
- E) R\$ 583.300,00 – R\$ 708.800,00.

QUESTÃO 80 – Quando o estatuto social de uma sociedade anônima é omissivo sobre o cálculo do dividendo obrigatório, a companhia deverá distribuir

- A) metade do lucro líquido do exercício, diminuído das reservas de lucros totais.
- B) metade do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido da importância destinada à formação da reserva legal e da reserva para contingências.
- C) 100% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido da importância destinada à formação da reserva legal e da reserva para contingências.
- D) 100% do lucro líquido do exercício, diminuído da importância destinada à formação da reserva legal.
- E) 100% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido da importância destinada à formação da reserva para contingências.

ESPECÍFICO PARA CÁLCULO

ESPAÇO PARA CÁLCULO